



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2904

Presidente da Mesa Diretora: Manoel Soares Lopes

Espécie: Resolução

Categoria: Subsídios e Verbas de Representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores de Montes Claros

Autoria: Mesa Diretora

Data: 04/02/1986

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 533, de 06/02/1986. Atualiza a remuneração dos Vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 12

Posição: 24

Número de folhas: 05

Espécie: PR
Categoria: Subsídio
Cl: 12
Ordem: 24
Nº fls: 03

RESOLUÇÃO 533 DE
06.02.86.

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 533/86

Autor: Mesa Diretora

Assunto:

Atualiza remuneração dos Vereadores.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 04.02.86
- 2 A Com. de Legislação e Justiça em 04.02.86
- 3 Aprovado (regime de urgência) em 06.02.86
- 4 Encaminhado para publicação em 06.02.86
- 5 Arquite-se
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa

Câmara Municipal de Montes Claros

Resolução N° 533, de 06 de fevereiro de 1986

Atualiza remuneração dos Vereadores à Câmara Municipal de Montes Claros.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), tendo em vista a Decisão da Mesa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que alterou a remuneração dos senhores Deputados Estaduais, com vigência a partir de 1º. de janeiro do corrente ano e estribada ainda na Lei Complementar n°. 25, de 03 de julho de 1975, modificada pela Lei Complementar n°. 38, de 13 de novembro de 1979, bem assim na Lei Complementar n°. 50, de 19 de dezembro de 1985, decreta e promulga a seguinte Resolução: —

Artigo 1º. — O subsídio mensal do Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros fica fixado em Cr\$ 9.797.722 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros), sendo Cr\$ 4.898.861 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e um cruzeiros) a parte fixa e Cr\$ 4.898.861 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e um cruzeiros) a parte variável.

Artigo 2º. — Para efeito do disposto no Art. 2º. e seu parágrafo, da já citada Lei Complementar n°. 50, a atualização da remuneração dos Vereadores deste Legislativo será procedida nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Artigo 3º. — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Municipal em vigor.

Artigo 4º. — Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º. de janeiro de 1986

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Câmara Municipal de M. Claros, 06 de fevereiro de 1986.

Manoel Soares Lopes
Presidente da Câmara

Sérgio Rocha Souza
Secretário



Câmara Municipal de Montes Claros

RESOLUÇÃO Nº 533, de 06 de fevereiro de 1986

Atualiza remuneração dos Vereadores à Câmara Municipal de Montes Claros.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), tendo em vista a Decisão da Mesa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que alterou a remuneração dos senhores Deputados Estaduais, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano e estribada ainda na Lei Complementar nº 25, de 03 de julho de 1975, modificada pela Lei Complementar nº 38, de 13 de novembro de 1979, bem assim na Lei Complementar nº 50, de 19 de dezembro de 1985, decreta e promulga a seguinte Resolução :-

Artigo 1º - O subsídio mensal do Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros fica fixado em Cr\$ 9.797.722 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros), sendo Cr\$ 4.898.861 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e um cruzeiros) a parte fixa e Cr\$ 4.898.861 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e um cruzeiros) a parte variável.

Artigo 2º - Para efeito do disposto no Art. 2º e seu parágrafo, da já citada Lei Complementar nº 50, a atualização da remuneração dos Vereadores deste Legislativo será procedida nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Municipal em vigor.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1986.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Câmara Municipal de M. Claros, 06 de fevereiro de 1986.

Manoel Soares Lopes
Presidente da Câmara

Sérgio Rocha Souza
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
e Justiça
EM 14 DE Março DE 1986

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCURSSÃO POR
UNICA
EM 06 DE Fevereiro DE 1986

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
PROMULGADO, PUBLIQUE-SE E
CUMpra-SE
EM 06 DE Fevereiro DE 1986

PRESIDENTE

*A matéria é legal
e constitucional. Por isso
não é preciso.
Em 06.02.86.
[Signature]
[Signature]*



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____

Atualiza remuneração dos Vereadores à Câmara Municipal de Montes Claros.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), tendo em vista a Decisão da Mesa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que alterou a remuneração dos senhores Deputados Estaduais, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano e estribada ainda na Lei Complementar nº 25, de 03 de julho de 1975, modificada pela Lei Complementar nº 38, de 13 de novembro de 1979, bem assim na Lei Complementar Federal nº 50, de 19 de dezembro de 1985, decreta e promulga a seguinte Resolução :-

Artigo 1º - O subsídio mensal do Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros fica fixado em Cr\$ 9.797.722 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros), sendo Cr\$ 4.898.861 (quatro milhões , oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e um cruzeiros) a parte fixa e Cr\$ 4.898.861 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil ; oitocentos e sessenta e um cruzeiros) a parte variável.

Artigo 2º - Para efeito do disposto no Art. 2º e seu parágrafo, da já citada Lei Complementar nº 50, a atualização da remuneração dos Vereadores deste Legislativo será procedida nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Municipal em vigor.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1986.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Sala das sessões, 04 de fevereiro de 1986.

Manoel Soares Lopes
Presidente

Sérgio Rocha Souza
Secretário